

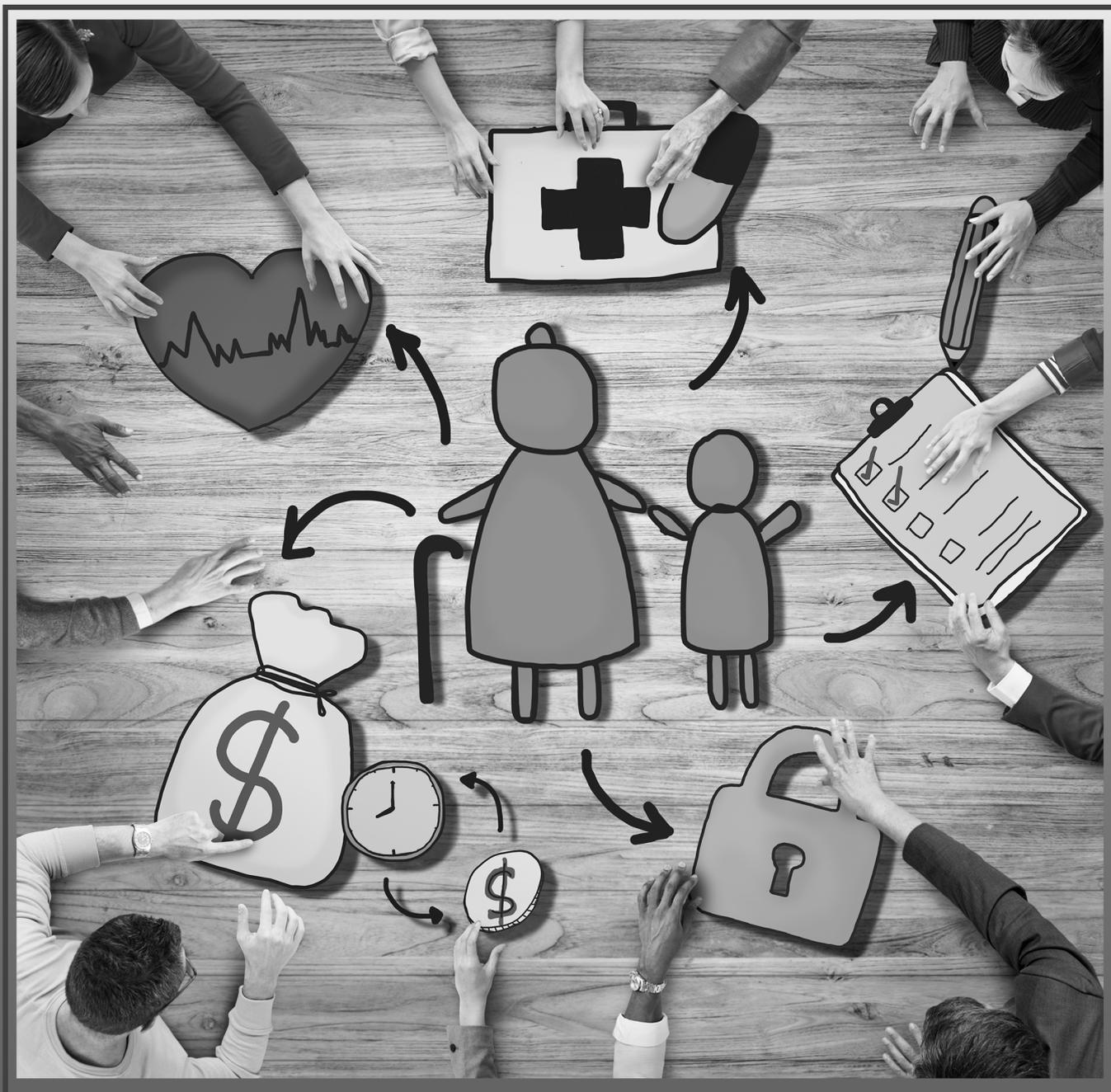


Processos de Subjetivação no Serviço Social 2

Thaislayne Nunes de Oliveira
(Organizadora)

Atena
Editora

Ano 2020



Processos de Subjetivação no Serviço Social 2

Thaislayne Nunes de Oliveira
(Organizadora)

Atena
Editora

Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremonesi

Karine de Lima

Luiza Batista 2020 by Atena Editora

Maria Alice Pinheiro Copyright © Atena Editora

Edição de Arte Copyright do Texto © 2020 Os autores

Luiza Batista Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Revisão Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora

Os Autores pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

- Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof^a Dr^a Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Prof^a Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof^a Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof^a Dr^a Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof^a Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Prof^a Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Prof^a Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof^a Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Prof^a Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Prof^a Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Processos de subjetivação no
serviço social
2**

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário: Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Thaislayne Nunes de Oliveira

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

P963 Processos de subjetivação no serviço social 2 [recurso eletrônico] / Organizadora Thaislayne Nunes de Oliveira. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: Word Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-232-6

DOI 10.22533/at.ed.326202907

1. Assistência social. 2. Política social – Brasil. 3. Serviços sociais. I. Oliveira, Thaislayne Nunes de.

CDD 361

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br


Ano 2020

APRESENTAÇÃO

Caro leitor, é com imenso prazer que apresento a coletânea: “Processos de Subjetivação no Serviço Social”, composta por 88 trabalhos organizados em 5 volumes. Esta coletânea exhibe textos sobre as múltiplas facetas do processo de trabalho do Assistente Social e análises de diferentes políticas públicas brasileiras.

Como é sabido, o contexto brasileiro é permeado por contradições históricas. Ouso sinalizar a atual conjuntura centrada em discussões rasas, com a propagação do senso comum como verdade absoluta. Portanto, torna-se ainda mais necessário dar visibilidade a estudos técnicos e científicos. Sendo assim, esta leitura é imprescindível durante a formação profissional e também aos assistentes sociais, pois, contribui significativamente com reflexões sobre os nós, entraves e questões contemporâneas, que perpassam o cenário brasileiro e respectivos desdobramentos na profissão e nas políticas públicas.

Os dois primeiros volumes reservam a discussão do Serviço Social, abordando a formação profissional, apontamentos sobre os Fundamentos Históricos Teóricos Metodológicos do Serviço Social, da questão social, do Projeto Ético Político, da instrumentalidade. Além das discussões acerca das dimensões profissionais e das vulnerabilidades correspondentes às experiências em diversos espaços socioocupacionais.

O terceiro volume discorre prioritariamente sobre diferentes políticas públicas, como: política de saúde, política de saúde mental, promoção de saúde dos idosos. Além do mais, este volume possibilita a visibilidade para estudos variados acerca das inúmeras situações que perpassam a vida das mulheres brasileiras.

O quarto volume expõe: adoção, adolescentes, medidas socioeducativas, drogas, violência, família, idosos. As respectivas análises são distintas, porém, demonstram aspectos que perpassam a vida brasileira, sobretudo pela abordagem do recorte de classe e étnico-racial.

Por fim, e não menos importante, o quinto volume exhibe novamente especificidades das políticas públicas, evidenciando a discussão sobre a questão do território, questão urbana, saneamento básico, seguridade social, política de assistência social. Este volume apresenta ainda discussão sobre questão étnico-racial, racismo e refugiados.

Como foi possível perceber os livros contemplam análises abrangentes, que convergem e se complementam sob a ótica do contexto histórico brasileiro e suas respectivas contradições sociais. Vale ressaltar, que os cinco volumes contribuem com a análise das políticas públicas mais empregadoras dos assistentes sociais no Brasil, motivo pelo qual se ratifica a importância desta leitura aos acadêmicos e ainda para fins de atualização profissional.

Desejo a todas e todos excelente leitura!

Thaislayne Nunes de Oliveira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
QUESTÃO SOCIAL, POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: UMA BREVE ANÁLISE DE SUAS IMPLICAÇÕES E FUNDAMENTOS SÓCIOHISTÓRICOS	
Rodrigo de Souza Medeiros	
DOI 10.22533/at.ed.3262029071	
CAPÍTULO 2	12
O TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL FRENTE AO AVANÇO DO CONSERVADORISMO	
Noêmia de Fátima Silva Lopes	
Clarice do Carmo Santos Souza	
Déborah Martins Soares	
Francine Rodrigues de Oliveira Rocha	
Sabrina Dias Fonseca Lima	
DOI 10.22533/at.ed.3262029072	
CAPÍTULO 3	23
POR UMA ANÁLISE DAS VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO – DESAFIOS PARA A INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL	
Thiago Bazi Brandão	
DOI 10.22533/at.ed.3262029073	
CAPÍTULO 4	36
DIMENSÃO RELIGIOSA E ÉTICO-POLÍTICA NA FORMAÇÃO E TRABALHO PROFISSIONAL NO SÉCULO XXI: TEMAS PARA O SERVIÇO SOCIAL	
Pollyanna de Souza Carvalho	
Letícia Machado de Araujo	
Verônica Gonçalves Azeredo	
DOI 10.22533/at.ed.3262029074	
CAPÍTULO 5	47
PARTICULARIDADES DO PROCESSO DE RENOVAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: CICLO AUTOCRÁTICO, TENDÊNCIA DE RENOVAÇÃO, PROJETO ÉTICO-POLÍTICO	
Josicleide de Oliveira Freire	
Edjane Aragão Dias de Goes	
Jadna dos Santos Cavalcante	
DOI 10.22533/at.ed.3262029075	
CAPÍTULO 6	58
A INFLUÊNCIA DAS CATEGORIAS GRAMSCIANAS NO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO	
Cintia Maria da Silva	
Verônica Maria do Nascimento Moura	
DOI 10.22533/at.ed.3262029076	
CAPÍTULO 7	69
AS CONTRIBUIÇÕES DA MONITORIA PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL	
Tatiana de Lima Souza	
DOI 10.22533/at.ed.3262029077	

CAPÍTULO 8 80

O DIÁRIO DE CAMPO: SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O PROCESSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Valéria Debortoli de Carvalho Queiroz
Maria Terezinha da Silva
Leylla Magna dos Santos Residente
Samantha Freitas Tavares

DOI 10.22533/at.ed.3262029078

CAPÍTULO 9 89

FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL: UMA EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO EM SERVIÇO SOCIAL I NA EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA (EaD) EM CUIABÁ/MATO GROSSO

Cláudia Regina Paese

DOI 10.22533/at.ed.3262029079

CAPÍTULO 10 98

PROJETO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA: UMA EXPERIÊNCIA DESAFIADORA NO CONTEXTO PRIVADO

Milene Lúcia Santos
Andreia Agda Silva Honorato
John dos Santos da Silva
Maria Cristina Campos da Silva
Maurício da Silva Santos
Tatiane do Nascimento Bastos Nunes
Rosineide Alves de Amorin

DOI 10.22533/at.ed.32620290710

CAPÍTULO 11 109

O MOVIMENTO ESTUDANTIL DE SERVIÇO SOCIAL (MESS): UMA MEDIAÇÃO ÉTICO-POLÍTICA NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DOS/AS ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL

Jodeylson Islony de Lima Tomascheski

DOI 10.22533/at.ed.32620290711

CAPÍTULO 12 118

TIRA A MÃO DA MINHA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: MOVIMENTO ESTUDANTIL EM TEMPOS DE CORTES ORÇAMENTÁRIOS

Nívia Barreto dos Anjos

DOI 10.22533/at.ed.32620290712

CAPÍTULO 13 130

AS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL EM TRÊS RIOS: UMA ANÁLISE APROXIMATIVA DO SERVIÇO SOCIAL

Sueli do Nascimento
Julia Marinho Moreira da Silva
Vanessa Miranda Soares
Thais Carpinter de Souza
Luzineth Corrêa da Silva Carvalho
Caroline de Carvalho Pinto
Vanilda de Oliveira Carvalho Pinto
Patrícia Bonfante Soares Freitas

DOI 10.22533/at.ed.32620290713

CAPÍTULO 14	140
A INSTRUMENTALIDADE DO SERVIÇO SOCIAL NAS UNIDADES DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA's)	
Jodeylson Islony de Lima Tomaszewski	
Ana Cleide Ferreira de Souza	
Francisca Fabiana Lima	
DOI 10.22533/at.ed.32620290714	
CAPÍTULO 15	152
O TRABALHO COM GRUPO NO SERVIÇO SOCIAL: UMA EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL NO GRUPO DE APOIO AOS PAIS - GAP	
Gisleane Silva de Araújo	
DOI 10.22533/at.ed.32620290715	
CAPÍTULO 16	164
O ACOLHIMENTO REALIZADO PELO SERVIÇO SOCIAL EM SITUAÇÃO DE ÓBITO NEONATAL	
Brenda Gonçalves de Sales Costa	
Conceição Rodrigues Teodózio	
Daiana de Melo Barros	
Elayne Cristina da Costa Ferreira	
Ana Beatriz Araújo Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.32620290716	
CAPÍTULO 17	171
O MÉTODO HISTÓRIA DE VIDA ENQUANTO METODOLOGIA DE INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL JUNTO AOS PCD'S DO ICISA/UFPA	
Ana Maria Pires Mendes	
Ana Paula Dias Martins	
Alexandre Fellipe A. dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.32620290717	
CAPÍTULO 18	179
A OPERACIONALIZAÇÃO DAS INSTRUÇÕES NORMATIVAS REALIZADA ATRAVÉS DAS ASSISTENTES SOCIAIS DA SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL - SAEST: O ACESSO DE ALUNOS Pcds EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA E OS AUXÍLIOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - UFPA-DIRECIONADOS E ESTE PÚBLICO	
Eracele do Carmo Conceição	
DOI 10.22533/at.ed.32620290718	
SOBRE A ORGANIZADORA	191
ÍNDICE REMISSIVO	192

PARTICULARIDADES DO PROCESSO DE RENOVAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: CICLO AUTOCRÁTICO, TENDÊNCIA DE RENOVAÇÃO, PROJETO ÉTICO-POLÍTICO

Data de aceite: 01/07/2020

Data de submissão: 02/04/2020

Josicleide de Oliveira Freire

Universidade Federal de Alagoas- UFAL
Maceió-AL

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/8969989442448024>

Edjane Aragão Dias de Goes

Centro Universitário Tiradentes- UNIT
Maceió-AL

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/5714872686032801>

Jadna dos Santos Cavalcante

Faculdade Integrada Tiradentes- FITS
Maceió-AL

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/7701136666225929>

RESUMO: Este artigo tem como objetivo analisar processo de renovação do Serviço Social no Brasil e a forma como os determinantes históricos influenciaram esse processo. Para tanto, tomaremos como ponto de partida a conjuntura brasileira, que sob a égide dos monopólios e de um regime autocrático burguês, desenvolveu uma série de medidas que abalaram toda uma conjuntura e impôs

novas exigências à profissão.

PALAVRAS-CHAVE: Autocracia burguesa; projeto ético-político; renovação; Serviço Social.

PARTICULARITIES IN THE RENOVATION PROCESS OF BRAZIL'S SOCIAL SERVICE: AUTOCRATIC SERVICE, RENOVATION TENDENCY, ETHICAL-POLITICAL PROJECT

ABSTRACT: This article aims to analyze the process of renewal of Social Service in Brazil and the way in which historical determinants influenced this process. To do so, we will take as a starting point the Brazilian scenario, which under the aegis of monopolies and a bourgeois autocratic regime, developed a series of measures that shaken a whole set and imposed new demands on the profession.

KEYWORDS: Bourgeois autocracy; political ethical project; renovation; social service.

1 | INTRODUÇÃO

Na perspectiva de discutir a relação entre a autocracia burguesa, o modelo dos monopólios e seus desdobramentos no processo de renovação do Serviço Social brasileiro, propomos uma reflexão sobre o que

foi a autocracia burguesa, seu papel diante desta nova fase do capitalismo, considerada monopolista. Para tanto, este artigo se deterá nos aspectos conjunturais e sócio-históricos que influenciaram a renovação da profissão. Na sequência, analisaremos as diversas tendências teórico-metodológicas incorporadas pelo Serviço Social: a perspectiva modernizadora de caráter funcionalista; a reatualização do conservadorismo que se deu sob uma vertente fenomênica e, por fim, as três direções da intenção de ruptura. Nessa direção, traremos no bojo desta discussão um debate mais contemporâneo sobre a profissão, ao tratarmos do código de ética de 1986 e 1993, bem como dos preceitos pós-modernos que vêm impregnando a prática da profissão.

2 | A AUTOCRACIA BURGUESA: ASPECTOS CONJUNTURAIS E SÓCIO-HISTÓRICOS PARA ENTENDER A RENOVAÇÃO

De acordo com Netto (2011), para se entender o período assinalado como ciclo autocrático, faz-se necessário desmistificar o significado daquilo que foi o golpe de primeiro de abril em 1964. Para tanto, devemos nos atentar aos seguintes aspectos: 1º) que este golpe transcende as fronteiras do país, uma vez que se encontra inserido “num mosaico internacional de sucessivos golpes de Estado” (NETTO, 2011, p. 16), atendendo as exigências advindas da alteração na divisão internacional capitalista do trabalho; ou seja, trata-se de uma contrarrevolução preventiva, que se deu em escala planetária, financiada pelos norte-americanos, cujo objetivo era:

Adequar os padrões de desenvolvimento nacionais e de grupos de países ao novo quadro do inter-relacionamento econômico capitalista, marcado por um ritmo e uma profundidade maiores da internacionalização do capital; golpear e imobilizar os protagonistas sociopolíticos habilitados a resistir a esta reinserção mais subalterna no sistema capitalista; e, enfim, dinamizar em todos os quadrantes as tendências que podiam ser catalisadas contra a revolução e o socialismo (NETTO, 2011, p. 16).

De acordo com o autor, tal empreitada expôs seus resultados mais expressivamente a partir da segunda metade da década de 1960, ao pôr como saldo entre os países onde triunfou a contrarrevolução um desenvolvimento econômico, subalterno aos interesses capitalistas; ao promover a organização de estruturas políticas que visavam à exclusão de protagonistas comprometidos com projetos nacionais, populares e democráticos, e por fim, ao promover um discurso oficial anticomunista. No entanto, vale ressaltar que tal resultado não foi alcançado de forma homogênea, mas sim, por vias diferenciadas, nos mais diversos países onde se aplicou o golpe, nos quais devem ser considerados os fatores econômicos, sociais e políticos para se compreenderem os objetivos e interesses que motivaram as iniciativas imperialistas. Reportando-nos ao caso brasileiro, tais particularidades estavam assentadas em uma dupla condição, seja por uma atividade econômica básica interna, que tinha como eixo gravitacional o mercado externo, seja pela ausente ruptura com seu status colonial.

Segundo Netto (2011), o desenvolvimento capitalista brasileiro não operou contra o atraso, mas para mantê-lo funcional aos interesses do capital. O autor assinala três fenômenos que comprovam esse fato: o redimensionado, ou seja, ele passa a ser refuncionalizado e integrado à dinâmica do desenvolvimento capitalista; há uma exclusão da massa do povo no tocante ao direcionamento da vida social e, por fim, o desempenho do Estado na sociedade brasileira, que não apenas submete a sociedade civil a uma contínua opressão, mas vem historicamente atuando como um “eficiente instrumento contra a emersão, na sociedade civil, de agências portadoras de vontades coletivas e projetos societários alternativos” (NETTO, 2011, p. 19).

Já Ortiz (2010) explicará porque é funcional para a reprodução do capital que o desenvolvimento entre os países não se dê de forma homogênea, mas desigual e combinada, ou seja, em escala mundial, em que o moderno e o arcaico se combinam. Manter esses países em nível de inferior produtividade e inovação em face aos países centrais torna-os produtores de matérias-primas, bem como consumidores de tecnologia e produtos acabados, além de contribuir para um contingente significativo de mão de obra abundante, politicamente frágil e mais barata, para que possa ser explorada. No que compete às matérias-primas, estas se apresentam financeiramente mais atraentes e é praticamente inexistente um entrave geopolítico e tributário que inviabilize o livre trânsito de capital. Outro aspecto é apresentado por Netto (2011), esclarecendo que o Estado, na face monopólica, passa a ter funções específicas, tanto econômicas quanto políticas, e além de garantir o financiamento, deve contribuir para a conservação da força de trabalho, de modo que ela possa ser explorada.

Assim, a forma como se operou o capitalismo no Brasil é considerada como um “desenvolvimento tardio” (CHASIN, 1978, e CARDOSO DE MELLO, 1986, *apud* NETTO, 2011) e se apresenta com um caráter antinacional ou heteronômico, que se dá com a ausência de autonomia no Brasil em função dos monopólios, e antidemocrático ou excludente, pois não há participação popular, ou seja, as decisões são tomadas “por alto”.

É este contexto histórico heteronômico e excludente que gestará na profissão a necessidade de renovação; não algo mecanizado, mas mediado pelas exigências de um desenvolvimento econômico, que impôs à profissão a necessidade de modernização. Dessa forma, seria impensável discutir a renovação da profissão sem se fazer a mediação com tais categorias. Sendo assim, será discutida no tópico seguinte a relação entre a autocracia burguesa e o Serviço Social.

3 | A AUTOCRACIA BURGUESA E A RENOVAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

Para Netto (2011), a relação entre o Serviço Social e a autocracia burguesa exige uma análise que vai além daquilo que se adjetiva como período ditatorial, expresso pela repressividade. Impõe situar a profissão dentro desse processo, fazendo a mediação entre

ela e a dinâmica e o significado histórico da autocracia burguesa no Brasil. E mais, como novas exigências foram sendo colocadas pela ditadura para as práticas, as modalidades de reprodução e as (auto)representações profissionais” (NETTO, 2011, p. 117). É por meio deste caminho que poderemos “rastrear a essencialidade daquelas relações e identificar com nitidez a sua conexão com o Serviço Social” (idem, ibidem).

O autor adverte que o vínculo entre autocracia e renovação do Serviço Social não pode ser visto como algo estratégico, muito menos intencional, como se pudesse haver uma intenção em erodir ou deslegitimar aquelas formas profissionais consagradas e vigentes desde a época de sua emergência; ao contrário, o que se observou até o final da década de 1960 e entrada de 1970 era um discurso e uma ação governamental que validavam um Serviço Social tradicional, haja vista que atendia a uma dupla funcionalidade para preservar o caráter de subalternidade do exercício profissional, uma vez que sua atuação era estritamente operacional, pois eram, nada mais nada menos, que meros operadores da política social, na qual a prática era passiva de questionamentos que pudessem abalar a ordem e/ou as estruturas organizacionais e institucionais.

Apesar de a autocracia burguesa ter reafirmado esse caráter tradicional da profissão, a conjuntura posta pelo ciclo autocrático e pelos ditames do grande capital impôs mudanças significativas nos mais diversos setores da sociedade, do econômico e político ao social, e uma delas foi a reorganização do Estado. É diante desse cenário que o Serviço Social também é compelido a reformular não apenas sua prática, mas também sua formação profissional.

No que tange à prática profissional, o processo denominado “modernização conservadora” expressou um momento de significativa expansão no mercado nacional de trabalho para os assistentes sociais. Isso porque, com o desenvolvimento das forças produtivas específico desse período, houve um acirramento das refrações da questão social, que eram administradas via políticas sociais pelo Estado ditatorial, ainda que, desde os anos 1940, aproximadamente uma década após as primeiras escolas de Serviço Social, já existisse um mercado de trabalho. Porém, é apenas no final de 1950 e início de 1960 que tal mercado se expande.

Com a reorganização do Estado em favor do desenvolvimento dos monopólios e sob o discurso centralizado de um Estado de Segurança Nacional, houve uma reestruturação não só das políticas sociais, mas de toda rede organizacional responsável pelo seu planejamento e execução. Esse processo teve como resultado e primeira medida a reforma no sistema previdenciário, que promoveu significativas alterações em toda sua estrutura, atingindo todo um conjunto de instituições, o que acarretou uma burocratização dos aparatos governamentais nos quais se encontram inseridos os assistentes sociais, bem como uma diferenciação e necessidade de especialização das próprias atividades desenvolvidas por esses profissionais, devido a “um elenco mais amplo das políticas sociais, que das próprias sequelas do ‘modelo econômico’” (NETTO, 2011, p. 121).

Todavia, esta consolidação no mercado de trabalho para os assistentes sociais no período do ciclo autocrático burguês não se deu apenas na órbita estatal, mas estendeu-se para as empresas de médio e grande porte, mais especificamente as grandes empresas monopolistas e estatais, fato ocorrido até meados da década de 1960, quando a profissão experimentava outra realidade, com a inserção nessas áreas de forma residual e atípica. Conforme expõe o autor:

O crescimento industrial que se opera, especialmente nos anos do 'milagre', torna este segmento do mercado de trabalho algo extremamente expressivo. É a partir de então que, entre nós, pode-se falar propriamente de um Serviço Social de empresa (NETTO, 2011, p. 122).

Importa salientar que este crescimento macroscópico no mercado de trabalho não foi apenas oriundo daquilo considerado milagre econômico e sim das sequelas da questão social, produto do desenvolvimento econômico orientado a privilegiar o grande capital, que exigiam paliativos, controle e vigilância da classe trabalhadora.

Esse mesmo mercado de trabalho consolidado não trouxe apenas para a profissão novos espaços para serem preenchidos ou um aumento na demanda, mas na medida em que esses profissionais se relacionavam com estruturas organizacionais mais complexas e de uma racionalidade burocrática administrativa, os assistentes sociais são requisitados a assumir uma postura mais “moderna”, haja vista que precisavam estar compatíveis com normas, fluxos, rotinas e finalidades que a racionalidade passava a exigir. Tal circunstância implicou uma erosão do Serviço Social tradicional, que passa a adquirir um caráter técnico-racional.

A conjuntura autocrática fazia emergir no interior da profissão a necessidade de um profissional com novo perfil, não mais com traços tradicionais, como “supostos humanistas abstratos e posturas avessas ou alheias às lógicas da programação organizacional” (NETTO, 2011, p. 123), mas mais moderno, com procedimentos racionais condizentes com as exigências e ditames do capital, dadas as mudanças oriundas da divisão social do trabalho. Isso impõe não apenas mudanças na prática, mas inclusive na própria formação profissional dos assistentes sociais, que a política educacional da ditadura se encarregou de fazer.

No que tange à formação profissional, houve uma aproximação com as Ciências Sociais, mais especificamente com a Sociologia, Psicologia Social e Antropologia; porém, essa vinculação se deu de maneira asséptica, uma vez que a absorção dessas disciplinas se dava de forma desvinculada de criticidade, fato que é justificado pela sua virgindade acadêmica no período. Compete aqui assinalar que este processo de renovação foi impregnado por várias tendências, as quais trataremos no tópico seguinte.

4 | AS TENDÊNCIAS TEÓRICAS METODOLÓGICAS DE RENOVAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

Em *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64* (2005), Netto irá tratar do processo de renovação do Serviço Social no Brasil, que se deu entre os anos 1960 e 1980, no nível de suas formulações, as quais foram denominadas “teorização”.

Para Netto (2011), a renovação do Serviço Social é demarcada em três momentos: o primeiro corresponde à segunda metade dos anos 1960; o segundo, ao lapso temporal de dez anos, e o terceiro, com a abertura dos anos 1980. Esses três momentos encontram-se diretamente ligados aos organismos que sustentam o processo de renovação: no primeiro momento, há o impulso organizador e monopolizador das iniciativas do Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviço Social (CBCISS), que abrirá as séries dos importantes “seminários de teorização”. O segundo momento contará tanto com a participação do CBCISS, quanto com a inquietação dos cursos de pós-graduação recém-inaugurados; o terceiro acrescentará a essas duas instâncias as agências de formação da Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS), e categorias profissionais como associações, posteriormente sindicatos, e a Comissão Executiva de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais (CNEAS), dentre outros.

De acordo com Netto (2011), o processo de renovação do Serviço Social brasileiro se dá por meio do entrelaçamento de duas dinâmicas: as demandas sócio-institucionais postas à profissão e a dinâmica interna da realidade profissional. Sob esse ponto de vista, o processo de renovação da profissão é entendido pela mediação entre profissionalidade e sociedade, que seria o resultado das respostas construídas pelos profissionais, por meio dessa articulação. Até a segunda metade da década de 1960; o Serviço Social experimentava uma projeção interventiva consensual e homogênea, que se manifestava por uma unidade nas suas propostas profissionais e se mostrava carente de uma elaboração teórica significativa. É na autocracia burguesa que ocorre o processo de laicização no Serviço Social, ao se imporem novas exigências tanto na sua formação quanto no exercício profissional, levando a uma ruptura com este cenário.

As consequências no interior da profissão foram as mais diversas e ocorreram em todos os níveis, dentre elas, uma disputa pela hegemonia no processo profissional em todas as suas instâncias, tais como o projeto de formação, os paradigmas de intervenção, os órgãos de representação, dentre outros. O que podemos observar é que, na mesma proporção em que a autocracia burguesa impôs ao serviço social novas exigências que lhe atendessem as necessidades, a profissão apontou novas possibilidades e alternativas para uma prática profissional modernizada.

O ingresso do Serviço Social no debate teórico-metodológico corresponde a um dos elementos nesse processo de renovação que se deu em meados da década de 1970,

graças à inserção da profissão no circuito universitário, fato importante para a fomentação na área da pesquisa e investigação, ainda que em meio a uma universidade domesticada pela ditadura. Essa inserção foi necessária para a gestão de uma massa crítica, que criou, pela primeira vez, as condições para o surgimento de um padrão acadêmico. Não se pode negar que tal incentivo na política educacional e cultural representava uma estratégia da autocracia burguesa para produzir profissionais aptos e capazes de atender suas demandas “modernizadoras”. No entanto, este empenho produziu um resultado inverso, uma vez que contribuiu para a profissão adquirir um acúmulo que seria posteriormente direcionado diversamente.

Um dos traços que expressa a renovação na profissão é o pluralismo profissional, aspecto distinto da homogeneidade anterior e que se efetiva nos diferentes procedimentos que norteiam e legitimam a prática e a validação teórica. Todavia, esse pluralismo não se desfaz de sua vertente conservadora, uma vez que os fundamentos da instituição profissional serão deslocados para bases de raízes ético-morais e por uma prática que age por meio da intencionalidade do agente, com uma teoria inconsistente, sem a capacidade de se fazer uma relação entre essas duas dimensões: teoria e prática.

No que tange ao esforço em adquirir uma validação teórica, a profissão passou a se questionar, articulando os problemas da sociedade com as demandas postas à profissão e a contribuição das Ciências Sociais em respondê-las. Isso fez surgir uma mudança do Serviço Social frente às Ciências Sociais, deslocando-se de uma posição subalterna para uma atitude crítica sobre os seus fundamentos.

De acordo com Netto (2011), “a autocracia burguesa contribuiu para um processo de erosão do serviço social ‘tradicional’” (NETTO, 2011, p. 137). Essa erosão se expressará nas distintas representações que a profissão fará sobre si e que se desenvolverão diferentemente, quer cronológica, quer teoricamente. Tal processo se dá em três direções: perspectiva modernizadora, reatualização do conservadorismo e ruptura com o Serviço Social “tradicional”.

A perspectiva modernizadora representa uma resposta da categoria às exigências impostas pela autocracia burguesa à profissão, ao pôr novas demandas às políticas sociais. Coube à autocracia adequar o Serviço Social como um instrumento interventivo a favor de seus interesses, mediante o desenvolvimento capitalista para as exigências vindas do processo sociopolítico do pós-64. Essas formulações ganharam auge na segunda metade dos anos 1960 e têm como grandes momentos os textos dos seminários de Araxá e Teresópolis.

As características que compõem esta primeira direção se manifestam pela ausência de contestação à ordem sociopolítica; o profissional busca um respaldo por meio de um aparato técnico que lhe permita responder as demandas, contribuindo para o processo de desenvolvimento da sociedade. Apropria-se, assim, de uma metodologia enviesada pelo estrutural-funcionalismo norte-americano, mas com um reporte aos valores tradicionais

com vistas não a negá-la, mas a enquadrá-la teórica e metodologicamente no viés de “modernidade”.

Quanto à segunda direção, entendida como reatualização do conservadorismo, não há uma inflexão do Serviço Social, mas uma recuperação da herança histórica e conservadora da profissão. Mais especificamente, uma reatualização do pensamento católico tradicional, mas sob um verniz de modernidade, ao incorporar matrizes intelectuais sofisticadas, que não se faziam presentes anteriormente na tradição da profissão, o que justifica a expressão renovação. Inspira-se na fenomenologia e foi amplamente difundida nas instituições universitárias do Rio de Janeiro e de São Paulo, onde encontrou espaço de influência.

A terceira direção, identificada como intenção de ruptura com o Serviço Social “tradicional”, mostra-se distinta das direções anteriores, pois nela há uma inflexão da profissão que tem “como substrato nuclear uma crítica sistemática ao desempenho “tradicional” e aos seus suportes teóricos, metodológicos e ideológicos”. (NETTO, 2005, p. 159).

De acordo com o autor, apesar de haver uma pretensão de romper com a herança teórico-metodológica do pensamento conservador (tradição positivista) e com os paradigmas de intervenção social (reformismo conservador), houve inicialmente uma conservação dos traços mais dominantes. É nesse período que há uma aproximação com a tradição marxista, ainda que inicialmente débil, dada a interpretações equivocadas, por meio de um marxismo sem Marx. Porém, deve-se também levar em consideração toda uma conjuntura ditatorial que não favorecia este avanço.

Para Netto (2011), a perspectiva de intenção de ruptura se estrutura em três momentos: emersão, consolidação acadêmica e espraiamento sobre a categoria profissional. No momento de emersão, a intenção de ruptura é inaugurada com um grupo de jovens da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais, responsável por formular o “método Belo Horizonte”. Esse método consiste numa crítica ao tradicionalismo profissional, para cuja ruptura são apontadas algumas estratégias, entre elas romper com o tradicionalismo, seja em âmbito teórico-metodológico, seja na concepção, intervenção ou formação profissional. Já a intenção de ruptura, assinalada como consolidação acadêmica, ocorreu no interior da academia, marcada pela recuperação da intenção de ruptura do “Método Belo Horizonte” e manifesta nas mais diversas produções intelectuais, iniciando-se com os trabalhos de pós-graduação.

Essas distintas contribuições representam um momento de evolução profissional, que se inicia no início da década de 1970 e se estende até o final da de 1980. Os principais representantes são: Vicente Faleiros, Marilda Villela Iamamoto, Alba Carvalho e Aldaíza Sposati, além das fundamentais contribuições, embora menos visíveis, de Leila Lima, Maria Carmelita Yasbek, Josefa B. Lopes e Nobuco Kameyama. O marco nessas produções é que a discussão deixa de gravitar em propostas para o Serviço Social, procurando pensar

a própria instituição Serviço Social, apropriando-se de fontes clássicas da teoria social, que convergiram para um salto qualitativo na profissão, representado por uma maioria intelectual e teórica na perspectiva de intenção de ruptura, que deu início ao terceiro momento: o espraiamento sobre a categoria profissional, com início em 1982-1983, favorecido pela transição à democracia. Pode-se dizer que houve um protagonismo de todas as instâncias da vida profissional que convergiram para esse processo de ruptura; no entanto, não se pode considerá-las hegemônicas.

5 | O PROJETO ÉTICO POLÍTICO: NOTAS PARA UM DEBATE CONTEMPORÂNEO

De acordo com Bonetti (1998) é na efervescência do processo de democratização e intenção de ruptura com o Serviço Social tradicional que surge o código de ética de 1986, diferenciando-se dos códigos anteriores ao postular novos deveres aos assistentes sociais, como democratização de informações e correlação de forças no âmbito institucional; esse código de ética apresenta uma ruptura ética, ideológica e política com as perspectivas neotomistas e funcionalistas. Há também a possibilidade de denúncia não apenas das falhas institucionais, mas de outros profissionais — algo que aparecia nos códigos anteriores, mas não era enfatizado, devido à formação teórico-prática —, bem como a orientação ético-profissional, que não possibilitava uma crítica. Os valores éticos dos códigos anteriores tinham como norte a intenção e o dever de “ajustar”; por isso, entre os assistentes sociais, havia sido incutida a ideia de apaziguador de conflitos. Apesar de o código de ética de 1986 se apresentar como uma evolução na prática profissional, houve algumas fragilidades que foram superadas no código de 1993, tais como a necessidade de tornar o código um instrumento não apenas normativo e punitivo, mas de porte político e educativo, o que se justifica pela ênfase ao como fazer e não àquilo que se deve ou não se deve fazer frente aos compromissos assumidos. Há também, no código de 1986, um traço datado, característico da conjuntura em que vivia a sociedade, e que se expressa pelo seu aspecto político e ideológico do processo de democratização.

Guerra (2011) traz ao debate a contemporaneidade dos novos embates para a profissão a partir da entrada dos anos 1990, em que tem início uma ofensiva conservadora balizada pelos preceitos de pós-modernidade. Mais especificamente, o subitem 5.2.1 fará a discussão sobre “o fetiche dos instrumentos e técnicas ou a deificação das metodologias de ação”, por considerar a nocividade dos preceitos pós-modernos que vêm ganhando força na atualidade e tendem a influenciar o Serviço Social. Concordando com Santos (2007), a pós-modernidade se reflete na essência ideológico-teórica do serviço social, uma vez que “o conservadorismo é um dos componentes do tecido profissional e o sincretismo tende a absorver as novidades paradigmáticas emergentes nas Ciências Sociais” (SANTOS, 2007, p. 11).

A pós-modernidade tem como uma de suas características a centralidade no indivíduo

e em suas potencialidades e um pragmatismo derivado do positivismo, em que a razão é instrumentalizada em benefício do capital, a fim de mascarar seus antagonismos.

De acordo com Guerra (2011), observa-se que há uma tendência em se colocar os instrumentos e técnicas acima dos demais componentes que compõem a prática profissional. Essa tendência encontra ponto de sustentação no fetichismo que impregna tanto as relações sociais, como nossas representações e apreensões da realidade. Ao considerar sua presença nas relações sociais, entende-se que o próprio processo que culminou na constituição da profissão nada mais é que uma expressão de conflitos de interesses antagônicos e que vem ciclicamente se cristalizando e reproduzindo-se.

Em sua acepção, é por meio de um processo histórico e não por uma convergência de vontades próprias ou coletivas que a instituição Serviço Social vai adquirindo determinadas particularidades, como o significado sociopolítico, a direção social da intervenção, o projeto profissional, as metodologias, os instrumentos e as técnicas de intervenção. Sendo assim, trata-se de determinações sócio-históricas externas à sua constituição. A forma como seus agentes empregam o instrumental permite uma efetivação do projeto profissional, haja vista que parte de uma atividade não apenas de técnicos, mas de críticos, que por meio de seus conhecimentos estabelecerá a finalidade a ser alcançada. Assim, o movimento que se dá é entre o sujeito e o objeto e não o seu inverso. Esse processo, conforme explica a autora, não pode ser mecanizado, pois “ao atribuir autonomia às metodologias de ação e ao instrumental técnico, ao separá-los e torná-los independentes do projeto profissional, o assistente social acaba por transformar o que é acessório em essencial” (GUERRA, 2011, p. 169).

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dessa discussão, emergem alguns aspectos que nos remetem a entender que o processo de renovação do Serviço Social, que convergiu para uma intenção de ruptura com o conservadorismo, não pode ser analisado isoladamente, suspenso da realidade, desconsiderando-se o contexto social, econômico e político e sem se fazer um nexo de causalidade entre o Serviço Social e essas categorias.

Levando em consideração que o Serviço Social teve sua institucionalização por meio do Estado, o qual impôs exigências à profissão a fim de atender a seus interesses, e estando ela inscrita em meio a interesses antagônicos, sua prática não é passível de inércia e muito menos de uma evolução da ajuda.

Sendo assim, trata-se de um processo histórico, não de uma convergência de vontades de sujeitos isolados; não de nomes próprios, mas de sujeitos coletivos que, pela própria dinâmica da sociedade, e não por vontade pessoal, rompem com os preceitos tradicionais. Esta inflexão na profissão, aliada ao legado marxista, contribui para um código de ética antenado ao compromisso de uma classe e de uma sociedade justa e

emancipada, bem como para desmistificar o paradigma sustentado pela visão pragmatista de que na prática a teoria é outra.

REFERÊNCIAS

BONETTI, D. A. (Org.) **Serviço Social e ética: convite a uma nova práxis**. São Paulo: Cortez, 1998.

GUERRA, Y. **A instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. São Paulo: Cortez, 2005.

ORTIZ, F. G. **O Serviço Social no Brasil: os fundamentos de sua imagem social e da autoimagem de seus agentes**. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

SANTOS, J. S. **Neoconservadorismo pós-moderno e Serviço Social brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2007.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acolhimento 95, 96, 97, 142, 147, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170

Apoio 6, 16, 21, 26, 28, 59, 69, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 94, 111, 114, 119, 120, 122, 141, 152, 153, 156, 157, 158, 161, 167, 168, 182, 183, 188, 191

Assistência Estudantil 72, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 179, 183, 184, 187, 189, 190

Assistente Social 2, 7, 9, 14, 15, 18, 19, 21, 22, 36, 37, 46, 56, 62, 65, 66, 67, 74, 75, 76, 77, 79, 80, 81, 84, 85, 86, 87, 88, 91, 93, 95, 96, 103, 104, 109, 114, 123, 138, 140, 141, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 158, 159, 160, 161, 162, 164, 165, 167, 168, 169, 171, 178, 179, 184, 191

Autocracia Burguesa 47, 48, 49, 50, 52, 53

C

Capital 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 13, 15, 16, 19, 21, 22, 27, 33, 45, 48, 49, 50, 51, 56, 88, 103, 111, 112, 113, 115, 121, 123, 127, 128, 129, 132, 138, 141, 165

Capitalismo 1, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 11, 12, 18, 21, 27, 48, 49, 92, 104, 111, 133

Capitalista 1, 2, 3, 5, 6, 7, 10, 12, 13, 14, 15, 17, 19, 20, 24, 25, 34, 48, 49, 53, 66, 69, 76, 104, 105, 112, 131, 132, 141, 155, 159, 172

Conservadorismo 8, 12, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 36, 40, 44, 45, 48, 53, 54, 55, 56, 81, 88, 115, 116, 149

Cultura 17, 28, 44, 46, 63, 64, 66, 93, 94, 95, 100, 103, 119, 120, 124, 138, 148, 153, 160, 182

D

Deficiência 30, 83, 119, 154, 158, 161, 162, 171, 172, 173, 174, 176, 177, 178, 180, 181, 182, 188, 189, 190

Diário de Campo 80, 87, 88

Dimensão 8, 10, 17, 26, 36, 37, 39, 42, 45, 59, 60, 66, 80, 84, 87, 91, 101, 107, 120, 128, 151, 159, 162, 171

Dimensões 3, 8, 10, 53, 80, 81, 83, 84, 86, 134, 135, 142, 148, 149, 159, 160, 174

Direito 26, 32, 35, 46, 63, 95, 110, 118, 119, 120, 121, 126, 127, 137, 146, 154, 158, 172, 173, 177, 179, 180, 181, 189

Direitos 4, 6, 8, 9, 10, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 43, 44, 65, 77, 78, 79, 88, 89, 93, 115, 119, 121, 126, 128, 129, 134, 138, 146, 148, 150, 154, 160, 161, 162, 165, 166, 168, 169, 173, 174, 179, 180, 181, 182, 183, 188, 189, 191

E

Educação 5, 20, 21, 25, 28, 29, 30, 31, 33, 42, 72, 73, 78, 79, 83, 88, 89, 90, 94, 95, 96, 99, 100, 101, 103, 104, 108, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 117, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 126, 127, 128, 129, 130, 135, 137, 138, 145, 153, 158, 162, 165, 173, 174, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 188, 189, 190

ENESSO 19, 43, 109, 110, 112, 113, 114, 115, 116

Ensino 23, 31, 70, 71, 72, 73, 74, 77, 78, 83, 85, 89, 90, 92, 96, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 124, 129, 136, 156, 158, 165, 171, 172, 173, 175, 176, 177, 178, 180, 181, 182, 183, 184, 189

Estado 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 15, 17, 20, 21, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 32, 33, 43, 48, 49, 50, 56, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 75, 76, 79, 88, 91, 95, 99, 113, 119, 121, 133, 135, 136, 138, 141, 142, 149, 158, 165, 166

Estágio 3, 74, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97

Estudantil 72, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 116, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 179, 183, 184, 187, 189, 190

Ética 9, 18, 20, 22, 35, 43, 44, 46, 48, 55, 56, 57, 78, 82, 84, 91, 92, 110, 114, 144, 148, 151, 165

Ético-Política 18, 19, 36, 37, 45, 69, 80, 81, 82, 83, 86, 87, 105, 109, 113, 114, 148, 159

F

Família 15, 95, 147, 161, 165, 166, 167, 168, 169, 176

Formação 2, 11, 14, 15, 16, 17, 19, 22, 28, 32, 36, 38, 40, 41, 44, 45, 46, 50, 51, 52, 54, 55, 58, 59, 60, 61, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 75, 76, 77, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 102, 103, 104, 107, 108, 109, 110, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 122, 123, 124, 128, 129, 131, 133, 137, 138, 139, 149, 151, 156, 173, 178, 182, 188

G

Gramsci 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 72, 79

Gramsciana 61, 62, 64, 66

Grupo 7, 23, 38, 41, 42, 54, 74, 93, 94, 95, 98, 99, 101, 107, 108, 126, 134, 136, 143, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 160, 161, 162, 176, 177, 178

H

História 3, 10, 11, 16, 23, 26, 27, 46, 63, 67, 79, 96, 99, 106, 108, 122, 127, 131, 133, 136, 137, 150, 159, 160, 171, 173, 174, 175, 176, 177, 190

I

Instrumentalidade 57, 81, 88, 103, 106, 107, 108, 140, 141, 145, 148, 149, 150, 151, 158, 162

M

MESS 109, 110, 113, 114

Movimento 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 17, 18, 26, 31, 32, 39, 40, 44, 45, 46, 56, 62, 63, 64, 81, 85, 88, 105, 109, 110, 112, 113, 114, 118, 121, 122, 128, 134, 142, 160, 162, 173, 174

N

Narrativa 171, 173, 174, 175, 176, 178

Neonatal 164, 165, 166, 167, 169, 170

O

Óbito 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170

P

PCD 171, 172

Pesquisa 1, 2, 19, 23, 37, 40, 41, 42, 43, 53, 69, 73, 74, 76, 79, 84, 92, 96, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 111, 112, 117, 118, 120, 123, 124, 126, 131, 135, 136, 137, 140, 141, 154, 156, 160, 161, 170, 172, 175, 178, 180, 182, 187, 188, 191

Pnaes 119, 120, 122, 128, 129, 184, 189

Política Pública 128, 154, 158, 179

Política Social 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 36, 46, 50, 66, 80, 89, 97, 129, 142, 150, 162, 191

Políticas Públicas 16, 30, 34, 96, 102, 113, 128, 129, 142, 146, 154, 165, 169, 172, 173, 191

População 4, 5, 15, 17, 24, 27, 28, 29, 30, 31, 34, 59, 61, 62, 87, 94, 95, 99, 115, 120, 127, 130, 131, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 142, 143, 145, 146, 147, 148, 149, 160, 172, 180

Profissão 1, 6, 7, 8, 9, 10, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 37, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 65, 66, 69, 71, 72, 73, 74, 79, 81, 82, 83, 84, 86, 90, 93, 95, 103, 104, 107, 114, 116, 144, 146, 148, 149, 150, 151, 159, 160, 162, 167, 172

Profissional 1, 2, 8, 9, 10, 11, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 22, 36, 37, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 59, 62, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 95, 96, 97, 98, 99, 102, 103, 104, 107, 108, 109, 110, 113, 114, 115, 116, 117, 119, 121, 122, 123, 124, 128, 129, 134, 138, 139, 140, 141, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 173, 174, 191

Projeto Ético Político 12, 18, 21, 22, 55, 97, 166

Q

Questão Social 1, 2, 3, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 15, 19, 20, 22, 35, 50, 51, 61, 66, 67, 78, 90, 92, 93, 95, 104, 130, 131, 132, 133, 135, 138, 139, 141, 142, 144, 159, 160, 162, 172

R

Religiosa 36, 37, 38, 39, 42, 43, 46, 105

Renovação 17, 22, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 56, 65, 68, 69

S

Saúde 5, 11, 20, 21, 25, 28, 29, 30, 31, 33, 46, 66, 72, 80, 88, 92, 93, 96, 97, 108, 119, 120, 124, 130, 137, 138, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 153, 162, 164, 165, 166, 169, 170, 174, 177, 180, 191

Serviço Social 12, 1, 2, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 36, 37, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 100, 101, 102, 103, 104, 106, 107, 108, 109, 110, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 128, 129, 130, 132, 138, 139, 140, 141, 144, 145, 146, 147, 148, 151, 152, 154, 157, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 191

SUS 31, 141, 142, 144, 148, 150, 151, 165, 166

T

Trabalho 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 36, 37, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 66, 68, 69, 70, 73, 74, 76, 77, 78, 79, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 100, 102, 103, 104, 106, 108, 110, 111, 116, 120, 122, 123, 127, 128, 129, 131, 132, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 167, 168, 169, 170, 172, 173, 174, 176, 177, 178, 179, 180, 182, 184, 187, 188, 189

U

UPA 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151

Processos de Subjetivação no Serviço Social 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2020

Processos de Subjetivação no Serviço Social 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](#) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Atena
Editora

Ano 2020